



O ADVENTO DE UM ESTADO DESENVOLVIMENTISTA LOCAL EM MEDELLÍN-COLÔMBIA E INFERÊNCIAS EM SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Jose Leandro Resende Fernandes

Resumo

Este artigo pretende apresentar o caso de Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia, e como sua governança urbana, por meio de práticas inovadoras e de empreendedorismo urbano, tem promovido o desenvolvimento econômico local, sobretudo de áreas mais pobres da cidade. Este modelo de desenvolvimento liderado pelo governo de Medellín e suas empresas públicas, tem sido reconhecido como um processo de construção do estado desenvolvimentista local (EDL), no estabelecimento de uma política industrial local - através da construção de infraestruturas institucionais e organizacionais para encorajar o surgimento e o sucesso de micro, pequenas e médias empresas orientadas para o crescimento -, aliado ao "urbanismo social". A intervenção centra-se principalmente em (i) uma transformação do desenvolvimento urbano, utilizando políticas de transporte especialmente favoráveis aos pobres para ligar as comunidades carentes à cidade, melhorar as condições de vida e aumentar a qualidade de vida entre os pobres; e (ii) a criação de uma rede de centros de desenvolvimento empresarial financiado pelo poder público conhecidos como *Cedezo*, em conjunto com o *Banco de las Oportunidades*, que oferece microcréditos para o estabelecimento de microempresas. Este artigo procura contribuir para o argumento de que o programa de desenvolvimento territorial da região metropolitana de Medellín, que por sua vez incorpora projetos de infraestrutura urbana e metropolitana, bem como objetivos ligados à criação de uma nova imagem da cidade, complementando os programas de apoio à competitividade das pequenas e médias empresas locais, está relacionado com a formação de um estado desenvolvimentista local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Estado Desenvolvimentista Local. Desenvolvimento Urbano. Governança Urbana. Empreendedorismo Urbano.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a governança urbana tem se preocupado cada vez mais com a exploração de novas formas de promover e incentivar o desenvolvimento local e regional, o crescimento do emprego e reduzir a desigualdade e a segregação social. Essa preocupação tem sido traduzida em práticas empreendedoras dos governos locais, em oposição ao modelo gerencial, que se concentrou principalmente na prestação de serviços à população, mas não na inovação e transformação desses serviços combinados com as práticas empreendedoras na gestão pública, na governança urbana e investimento em infraestrutura para os pobres (HARVEY, 1989).

A mudança de atitude dos governos locais ao assumir que seus municípios são protagonistas para perseguir e empreender o desenvolvimento econômico ocorreu em grande parte em resposta ao processo de globalização das atividades econômicas, o que implica um novo tipo de estrutura organizacional entre empresas privadas e territórios, assim



como para atenuar as implicações negativas deste processo. Assim, uma mudança importante que ocorreu a partir do processo de globalização dos mercados tem sido no que diz respeito ao nível de diálogo entre organizações privadas e o lugar onde estão estabelecidas. Tal diálogo ou vínculo que costumava ser regulado pelas negociações entre os Estados nacionais, passa a ser governado por relações diretas entre empresas e os territórios. Neste cenário, os governos locais adquiriram um papel político revitalizado para representar a pluralidade de identidades culturais e interesses sociais da sociedade (BORJA & CASTELLS, 1997; CASTELLS, 1995).

Em relação às cidades latino-americanas e contextualização urbana, foram afetadas pela abertura econômica e a liberalização comercial dos países desde a primeira metade da década de 1990 - causada sobretudo pelas ações de ajuste estrutural do “Consenso de Washington” -, processo este apoiado pela queda das tarifas de importação o que causou uma diminuição no preço de bens importados. Esse cenário de maior facilidade na aquisição de bens importados finais e intermediários contribuiu para o desmantelamento da produção doméstica dos países. Tal situação foi adicionada aos maus resultados na agricultura, à ausência de oportunidades nas metrópoles e cidades médias, bem como nas regiões pobres dos países, o que obrigou as pessoas a migrarem para as áreas metropolitanas em busca de melhores oportunidades. O resultado foi um agravamento das questões urbanas causadas pelo desemprego e inadequação da infraestrutura urbana para apoiar o crescente fluxo de urbanização.

Em Medellín, a situação foi agravada pelas circunstâncias provocadas pela guerra civil, que afetou a vida de milhares. A violência e a pobreza nas zonas rurais forçaram uma grande migração para a rica indústria de Medellín, que não estava preparada para a rápida urbanização (LAMB, 2010). Nos anos 90, Medellín foi a “pior cidade” do mundo (HYLTON, 2007). Hoje em dia, Medellín está criando uma atmosfera em que o setor privado está disposto a se conformar com a liderança pública popular, porque é possível ver o benefício global da melhoria da cidade no longo prazo e reconhecer a importância da intervenção pública.

Nesse sentido, este artigo busca contribuir com o seguinte argumento: benefícios para o desenvolvimento econômico da região do Valle de Aburrá, onde Medellín é a principal cidade, têm sido gerados a partir da execução de projetos urbanos inovadores, implementados de forma orquestrada e planejados no âmbito da conformação de um estado desenvolvimentista local. Uma análise empírica revela que a governança urbana de



Medellín, moldada pelo governo municipal, por empresas públicas local e regional e por instituições focadas em incentivar a participação da sociedade civil, adotando uma estratégia de desenvolvimento econômico local a partir da promoção dos fatores endógenos territoriais, tem logrado gerar desenvolvimento econômico, sobretudo nos bairros mais pobres de Medellín.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em três sessões, além desta introdução e da conclusão. A sessão dois apresenta os fundamentos teóricos da economia de desenvolvimento, a relação com o conceito de desenvolvimento econômico local, assim como os fundamentos do modelo de estado desenvolvimentista, especialmente na escala local. A sessão três utiliza esse marco teórico para estudar o caso de desenvolvimento de Medellín, desde o planejamento e implementação de programas voltados ao desenvolvimento urbano e ao desenvolvimento produtivo. A sessão quatro apresenta os resultados averiguados em termos da implementação dos programas locais e as inferências no desenvolvimento econômico. Finalmente, a última sessão apresenta argumentos resumidos concluindo os resultados da pesquisa. O estudo constata que iniciativas dos governos local e regional, assim como de empresas públicas que planejam e implementam projetos de desenvolvimento urbano e produtivo, tem provocado impactos positivos nas instituições, no ambiente urbano, na percepção das pessoas com respeito à cidade e, finalmente, na melhora dos indicadores socioeconômicos.

2 Desenvolvimento econômico e estado desenvolvimentista: uma abordagem territorial

Um consenso define a noção de desenvolvimento econômico como “um processo pelo qual a renda per capita real de um país (ou região) aumenta ao longo de um longo período de tempo, enquanto simultaneamente a pobreza é reduzida e a desigualdade na sociedade é geralmente diminuída” (MEIER, 2000, p.7). Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico local (DEL) pode ser interpretado como um processo de crescimento e mudança estrutural, que proporcionam mais bem-estar aos habitantes de um território, cidade ou região específicos (OCDE, 1999; VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002; MALDONADO, 2000).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é entendido como as atividades em andamento empreendidas para a promoção do padrão de vida e o progresso econômico dos países, regiões e cidades. A economia regional pode crescer sem alterar suas estruturas, simplesmente produzindo mais quantidade dos mesmos bens e serviços da mesma



maneira. Contudo, o desenvolvimento econômico implica algo mais do que o crescimento econômico. “O crescimento econômico é um aspecto do processo de desenvolvimento econômico” (SEN, 1983, p.748).

Em relação à abordagem teórica do desenvolvimento econômico de cidades, regiões metropolitanas ou do DEL, pode-se considerar que há uma situação de marginalidade teórica ao longo dos anos (ALBUQUERQUE, 2004, p.156). Particularmente de autores que defendem o modelo de crescimento exógeno neoclássico, que enfatiza o papel central do mercado livre na alocação eficiente de recursos e na obtenção de crescimento econômico de longo prazo, ao invés da economia regulada com controle administrativo e planejamento central.

Na realidade, a regra básica do crescimento econômico e da acumulação de capital através da produção industrial - trazida por Adam Smith -, refere-se à exploração de economias de escala. Quase naturalmente, os empresários são impulsionados a explorá-lo internamente e fora da empresa. No entanto, o novo fato para a fundação do DEL está na implicação das economias de escala externa, também conhecidas como economias de aglomeração, para empresas e territórios, consideradas como os benefícios de escala que surgem no ambiente fora de uma empresa ou indústria e podem ser reconhecidos através das economias de localização e urbanização. As economias de localização são as forças que atuam em empresas de uma única indústria em conjunto. Em contrapartida, as economias de urbanização surgem de um maior número de indústrias diferentes no mesmo lugar, de modo que suas forças fazem com que as empresas se localizem próximas umas das outras. Portanto, as economias de aglomeração são as “forças econômicas que fazem com que as empresas se localizem próximas em clusters” (O’SULLIVAN, 2007, p.34).

Desta forma, o aspecto central do DEL, como iniciativas e estratégia, é a ideia endógena de crescimento e desenvolvimento. De acordo com Meier (2000, p.75), em oposição aos modelos clássicos de crescimento exógeno, os novos modelos de crescimento endógeno examinam as funções de produção que mostram retornos crescentes devido à especialização e ao investimento em capital de conhecimento, uma vez que tal processo de progresso tecnológico e de formação de capital humano é endógeno, particularmente derivados da identidade e variedade de cada território.

Além disso, Piore e Sabel (1984) enfatizaram que o fator determinante no crescimento econômico não é o tamanho das empresas, mas sim a formação de um sistema de empresas ou redes territorializadas de firmas, que dão origem a economias de escala e



escopo e reduzem os custos de transação. Assim, o desenvolvimento endógeno pode ser considerado como um processo de crescimento e de mudança estrutural “determinado pela organização do sistema produtivo, pela rede relacional entre atores e atividades, pela dinâmica da inovação e da aprendizagem e pelo sistema institucional”. No entanto, caracteriza-se ainda por “suas dimensões territoriais, pelo fato de que cada localidade, cidade ou região é consequência de suas dimensões institucional, econômica, tecnológica e história organizacional, moldada ao longo do tempo” (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2002, p.31-32).

Neste contexto, é necessário apontar as circunstâncias em que as iniciativas de DEL são geradas. Um argumento que tem sido aceito para explicar o crescente interesse das cidades e regiões pelas práticas do DEL está enraizado no avanço do processo de democratização e descentralização, com o conseqüente aumento das funções do governo local. De forma que está cada vez mais em evidência as experiências proativas dos governos locais conduzindo estratégias de desenvolvimento “de baixo para cima” (STÖHR e TAYLOR, 1981), usando suas particularidades para engendrar as forças endógenas a promover o crescimento econômico e enfrentar a desigualdade. Essa ideia está intimamente relacionada com a mudança do administrativismo para o empreendedorismo no planejamento e gestão da política pública, da transformação da governança urbana - por meio de um processo de descentralização do Estado – no endereçamento das questões sociais e econômicas de forma mais eficaz com a participação da sociedade local (HARVEY, 1989).

Mais especificamente, os estudos contemporâneos combinaram essas estratégias de base territorial social e econômica com o conceito de estado de desenvolvimento local (EDL) (BATERMAN et al., 2011). O estado de desenvolvimento (ED) é um conceito amplamente aplicado na explicação do crescimento econômico liderado pelo Estado nos países do Sudeste Asiático¹ e sublinha que o Estado desempenha um papel ativo para intervir e buscar o desenvolvimento econômico como prioridade (KONG, 2000). A lógica de um ED, é que o “estado está envolvido na criação das condições para o crescimento econômico e adaptação industrial, mas se abstém de exercer controle direto” (ÖNIS, 1991, p.124). O ED é uma forma transitória do estado moderno que surgiu em sociedades de desenvolvimento tardio, a fim de lidar com as conseqüências das falhas de mercado para transações econômicas eficientes e, finalmente, estagnação econômica e social. É um Estado cujas

¹ Tese relacionada ao ED é derivada de observações empíricas no Japão (JOHNSON, 1982) no início, depois na Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura.



elites políticas e burocráticas geralmente alcançam autonomia relativa em relação às forças sociopolíticas da sociedade e utilizam essa situação para promover o programa de crescimento econômico (LEFTWICH, 1998, p.61). Portanto, o ED é um estado que enumera o desenvolvimento econômico como a principal prioridade da política governamental e é capaz de projetar instrumentos eficazes para promover esse objetivo.

Um conceito macro de ED pode estar relacionado aos "instrumentos" que incluem a formação de novas instituições formais, a estruturação de redes formais e informais de colaboração entre cidadãos e funcionários do governo e a utilização de novas oportunidades de comércio e produção rentáveis. Além disso, uma característica de um ED bem-sucedido é "sua capacidade de mudar as engrenagens do crescimento dirigido pelo mercado para o crescimento dirigido pelo Estado, ou vice-versa, dependendo das circunstâncias geopolíticas, bem como combinar as direções do mercado e do estado de forma sinérgica, quando oportunidades são acenadas" (BAGCHI, 2000, p.398-399).

Para Peter Evans (1995) uma condição muito importante para a ascensão de um ED é que haja uma estrutura social com grupos e classes razoavelmente estruturados e organizados como atores coletivos. Nesse sentido, um ponto central na compreensão do ED está no reconhecimento de que o surgimento de arranjos institucionais, que é uma característica do ED, está intimamente ligado ao cenário político da sociedade, e não ao caráter econômico. Afirma-se que o ED é estabelecido quando líderes políticos enfrentam ambientes políticos extremamente limitados (DONER et. al. 2005; LEFTWICH, 1998). Consequentemente, há uma tendência significativa para explicar que a ausência de ED está associada a uma circunstância política, uma vez que as instituições econômicas acabam por surgir no núcleo das elites políticas, e não das escolhas dos partidos políticos para melhorar o bem-estar (NORTH, 1990).

Dessa forma, ao longo dos estágios de desenvolvimento, existem restrições, características nos países em desenvolvimento, "que dificultam a manutenção do poder pelos políticos através de laços de mecenato com o setor privado e os incentivos para construir novas instituições para a transformação econômica" (DONER et. al. 2005, p.38). Esses autores enfatizam que as origens políticas dos estágios de desenvolvimento podem ser encontradas em condições de "vulnerabilidade sistêmica" ou na interação simultânea de três condicionantes: "(i) compromissos amplos de coalizão; (ii) doações de recursos escassos; e (iii) ameaças graves à segurança". Portanto, qualquer combinação dessas



restrições pode tornar mais difícil para os governos permanecer no poder - ou manter a autonomia² - sem a melhoria do desempenho institucional (ibidem).

Na América Latina, o retorno dos estados desenvolvimentistas³ e, mais especificamente, a abordagem das sociedades locais e regionais ao modo de EDL ocorreu após o fracasso das políticas de Consenso de Washington, na implementação do ajuste estrutural e reformas orientadas para o mercado (WEISBROT, 2006). De fato, em três décadas (1970-2000) do Consenso de Washington⁴, as políticas para combater a pobreza endêmica, a desigualdade maciça, o aumento da informalidade no setor empresarial e a exclusão social, foram incapazes de lidar com a relação entre pobreza extrema e desigualdade, por um lado, e o conflito violento, por outro lado, causando sofrimento grave em muitas partes da América Latina (BATEMAN et al., 2011, p. 1).

Nesse contexto, cada vez mais líderes locais começaram a se preocupar com a maneira de lidar com os males provocados pela ausência do Estado em consequência desse processo de ajuste estrutural impulsionado pelo mercado. Além disso, o processo de reforma do Estado, ocorrido em vários países da América Latina desde a segunda metade dos anos 1980, tem sido fundamental ao estabelecimento do modelo de EDL⁵ nos níveis regional e municipal, uma vez que a capacidade de governança econômica foi entregue aos governos locais, particularmente, através do impulso à descentralização e à devolução (*devolution*⁶).

3 A insurgência de um estado desenvolvimentista local em Medellín

Uma ideia geral difundida no âmbito teórico e prático da área da economia do desenvolvimento é de que desde o início dos anos 1980 a expansão do setor das empresas públicas deixou de ser uma preferência política na maioria dos países em desenvolvimento. “Não só houve um reconhecimento generalizado de problemas de gestão debilitantes, mas

² Evans (1995) e seu conceito de autonomia embutida.

³ Para uma análise ampla sobre estados desenvolvimentistas no Brasil e México, ver o trabalho de Ben Ross Schneider “The Desarrollista State in Brazil and Mexico” in Woo-Cumings, Meredith ed. (1999) *The Developmental State*. Cornell, CA: Cornell University Press.

⁴ O Consenso de Washington marcou o momento do abandono do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado e do retorno a uma economia baseada no mercado, liderada pela comunidade de assistência internacional, especialmente o FMI e o Banco Mundial, que abraçou um conjunto de políticas econômicas neoliberais (WILLIAMSON, 1990).

⁵ O processo do modelo de EDL “baseia-se em formas criativas de propriedade estatal local e controle de empresas-chave” (BATEMAN et al., 2011, p. 2).

⁶ A transferência ou delegação de poderes a um nível inferior, especialmente pelo governo central para a administração local ou regional.



também houve um questionamento mais fundamental do papel do Estado no desenvolvimento econômico (...) um consenso emergente foi que o Estado estava exagerado, ineficiente e precisava ser revertido (TURNER e HULME, 1997, p.183). Contudo, como explicar o êxito de empresas públicas extremamente eficientes na condução de serviços públicos em Medellín? Essa seção se destina a explicar a emergência de um estado desenvolvimentista local em Medellín.

O conceito central para a conformação de um ED é que os níveis subnacionais de governo devem ser proativos na construção de infraestrutura institucional e organizacional, isso significa uma mudança para o “empreendedorismo”, para estimular micro, pequenas e médias empresas orientadas para o crescimento a emergir e ter sucesso, assim como aumentar o nível de produtividade e, finalmente, promover a igualdade social. Uma cidade pioneira nessa experiência foi Medellín, onde além de ter desenvolvido seu modelo de EDL, através de uma política industrial estruturada com forte participação de empresas estatais locais, *Empresas Publicas de Medellín* (EPM) e *Empresa Metro* - com impostos locais e uso local de poderes como o planejamento da legislação -, provou ser hábil na implementação de projetos integrados de desenvolvimento urbano e no uso de transporte pró-pobre para conectar comunidades (DÁVILA e BRAND, 2012).

O caso de Medellín foi moldado como uma abordagem para lidar com o alívio da pobreza, inclusão social e integração espacial, através da construção de arquitetura pública de alta qualidade nos bairros mais pobres⁷. Está relacionada com a ideia de “urbanismo social”, uma estratégia de DEL fortemente estruturada por meio de ações de desenvolvimento urbano, postas em prática pela administração local, que combina simultaneamente transformações físicas, programas institucionais (econômicos e sociais) e processos participativos. De fato, o “urbanismo social” tornou-se o quadro principal de todos os projetos urbanos, especialmente aqueles localizados nas áreas mais pobres da cidade (BID, 2009).

A ideia de “urbanismo social”, que é especialmente incorporada à alocação de recursos nos *Metrocables*⁸ - ao fornecer um transporte pró-pobre para conectar comunidades -, pode ser interpretada como um ajuste na forma espacial da cidade. Aumenta a acessibilidade e

⁷ Isso significa que edifícios modernistas e sistemas de transporte em áreas pobres da cidade, juntamente com abordagens participativas, ajudariam a superar o abismo de desconfiança que separa os pobres da sociedade dominante (FUKUYAMA e COLBY, 2011, p.3; CALDERON, 2012).

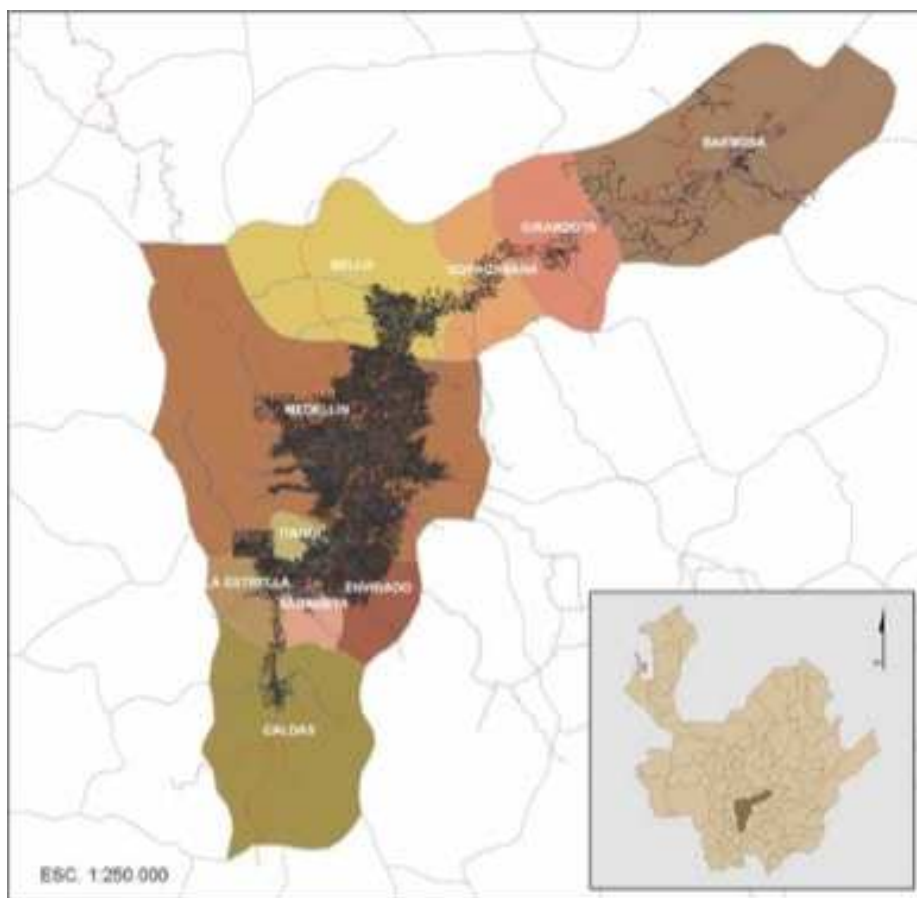
⁸ É constituído por um sistema de transporte através de duas linhas de teleférico ligadas ao sistema de transporte público (linhas de ônibus e metro de superfície).



diminui os custos de proximidade entre as pessoas, entre organizações e pessoas, entre as oportunidades de emprego e empregados, entre beneficiários de assistência social e serviços, etc. Os ajustes na forma espacial da cidade associados à mudança de despesas no transporte são susceptíveis de provocar uma redistribuição da renda (HARVEY, 1999, p.61). Essa é uma hipótese que nos motivou a estudar o caso de Medellín.

Medellín é a capital do Departamento de Antioquia no norte da Colômbia. Junto com outros nove municípios, forma a Região Metropolitana de Medellín, também conhecida como Região Metropolitana do Vale do Aburrá. Conta com mais de 3,5 milhões de pessoas ou cerca de 12% da população da Colômbia. É a segunda maior cidade em termos de população e economia e fonte de quase 15% do PIB da Colômbia. Ao longo dos últimos sessenta anos, Medellín se urbanizou rapidamente, tornando-se um polo político, econômico e cultural.

Mapa 1. Municípios da Região Metropolitana do Valle do Aburrá, Colômbia.



Fonte: COUPÉ, BRAND e DÁVILA, 2012, p.49.



O ponto de partida para a mudança da região, por meio de negociações entre seus líderes, foi a profunda crise regional social e política. Essa situação foi influenciada pelo processo de democratização e reforma do Estado colombiano. Em 1986, com a introdução de eleições populares para prefeito, a autonomia municipal foi legalmente estabelecida. E com a Constituição da Colômbia de 1991, inicia-se um processo de descentralização político-territorial. Assim, as primeiras eleições livres em Medellín, por meio da votação do público em geral, ocorreram em 1988 e produziram uma intensa competição entre líderes políticos e econômicos, além de trazer à cidade um senso de participação (STIENEN, 2009, p.114).

O caráter integral da descentralização colombiana, com a combinação de reformas fiscais, políticas e administrativas, gerou um novo marco para a gestão dos governos municipais. Medellín adquiriu uma nova dinâmica política, que promoveu o surgimento de alternativas e mudanças na gestão da cidade. Começou cada vez mais a incluir em seus planos o tema do desenvolvimento econômico. Portanto, o processo de descentralização gerou um marco propício para o governo local de Medellín assumir um papel mais ativo.

As características chaves da aproximação do EDL evoluíram em Medellín há pelo menos vinte anos. A principal característica está relacionada ao financiamento do modelo de EDL através da propriedade estatal dos grupos empresarial *Empresa Metro* e *Empresas Públicas de Medellín S.A.* (EPM). A *Empresa Metro* (Empresa de Transporte Masivo del Valle de Aburrá), responsável pelo *Metro*⁹, os *Metrocables* e, desde sua origem em 2011, pelo sistema de ônibus articulados e faixas/corredores exclusivos BRT (conhecido como *Metroplús*), foi criada em 1979 para gerenciar e operar o sistema de transporte massivo da cidade. A operação do *Metro* iniciou-se em 1995. A *Empresa Metro* é de propriedade, em partes iguais, do município de Medellín e do departamento (estado) de Antioquia, sob a direção de uma junta diretiva composta por dois representantes do Governador do departamento de Antioquia, dois representantes do município de Medellín e quatro representantes do governo central. “Sua direção passou, inicialmente, de uma conotação política para uma forma de gerência muito mais estável e empresarial (...) os representantes do governo central tendem a ser empresários locais que ajudam a assegurar a administração técnico-financeira sustentável” (COUPÉ, BRAND e DÁVILA, 2012, p.55). A empresa detém um rating financeiro AA- (FITCH RATINGS, 2011).

⁹ Também chamado de metrô ou metropolitano.



Já a EPM se traduz como uma organização chave na geração de ativos que produzem um fluxo de receita para a cidade (BATEMAN et al. 2011, p.2). A EPM é fornecedora de água, esgoto, telefonia e telecomunicações e energia, “produz 20% da eletricidade na Colômbia e tem operações no exterior” (BRAND, 2012, p.46). É a segunda empresa do país depois da companhia nacional de petróleo *Ecopetrol*, com uma qualificação de risco financeiro nacional, de acordo com a agência Fitch Ratings (2011), de AAA. “A EPM não somente proporciona, a taxas comerciais, a fonte energética (hidrelétrica) do *Metro*, como também contribui significativamente com o financiamento de projetos e investimentos na cidade”.

De acordo com Coupé, Brand e Dávila (2012, p.56-57), entre 2001 e 2011 a EPM aportou ao município uma média de 50% dos seus lucros, que por sua vez representam 27% dos recursos de investimento de Medellín. E considerando o tamanho e rentabilidade da EPM (em 2010 os ativos da empresa estavam avaliados em dez mil milhões de dólares dos EUA), essas transferências são notáveis, significativas em termos de capacidade do município para financiar os *Metrocables* e projetos urbanísticos complementários, assim como projetos de fortalecimento do setor privado. “Entre 2010 e 2011, a contribuição foi de US\$ 877 milhões, cifra que dá uma ideia da importância para o desenvolvimento social e econômico da cidade e também para que a empresa (e, portanto, seus lucros) se conserve em mãos públicas”. Esse arranjo institucional entre a EPM e o município de Medellín indica uma estrutura sólida de instituições políticas e empresas públicas, “tecnicamente eficientes, economicamente rentáveis, e articuladas em torno do desenvolvimento urbano” (Ibidem, p.57).

Tabela 1. Transferência da EPM ao município de Medellín 2008-2011 (valores em milhões)

	2008	2009	2010	2011	%
Transferências ordinárias (Col\$)	333.327	399.519	509.343	437.346	55%
Transferências extraordinárias (Col\$)	187.500	187.500	337.500	360.154	45%
Total de transferências (Col\$)	520.827	587.019	846.843	797.500	100%
Varição anual das transferências		13%	44%	-6%	
Equivalente em US\$*	265	272	446	431	

Fonte: COUPÉ, BRAND e DÁVILA, 2012, p.56.

Contudo, ainda que a existência de um orçamento extra no planejamento fiscal e orçamentário de Medellín permita a execução de programas e obras, por si só não garante o



sucesso em termos sociais. Especialistas do caso de Medellín argumentam que é essencial - especialmente em relação a projetos de melhoria de áreas pobres - estabelecer uma estreita relação com comunidades e organizações locais para assegurar que os projetos sejam assimilados e apropriados por eles. Assim, tomando como base a tradição de planejamento e gestão urbana, ao longo dos últimos anos o governo de Medellín tem se conectado com as comunidades de base e com o público em geral através de planejamento participativo e orçamento participativo (BRAND e DÁVILA, 2011).

É importante pontuar que a Constituição Política colombiana de 1991 estabeleceu o planejamento no centro de um acordo político nacional e lhe conferiu um caráter participativo. Mais adiante se desenvolve uma ampla regulamentação, dentre as quais destacam-se, além do voto programático (Lei 131/1994), os mecanismos de participação (Lei 134/1994), as Juntas Administradoras Locais (Lei 136/1994) e os orçamentos participativos (Decreto Nacional 111/1996 e Acordo 43/1997 do Conselho de Medellín). “Em consequência, o Sistema Municipal de Planejamento de Medellín é considerado hoje como um dos mais interessantes e adiantados do país” (COUPÉ, BRAND e DÁVILA, 2012, p.57).

Nesse sentido, somente em 2011 foram investidos em Medellín por meio do orçamento participativo US\$ 64,85 milhões, 25,6% a mais que em 2008 (BRAND, 2012, p.48). Além disso, Medellín também desenvolveu seu próprio programa de transferência condicionada de renda, conhecido como *Medellín Solidaria*. O programa visa monitorar as famílias mais vulneráveis da cidade e contribuir para a melhoria de sua condição de vida através do acesso a programas de saúde, educação, bem-estar e desenvolvimento, na promoção da autonomia e na coexistência familiar e social.

4 Resultados averiguados

4.1 A transformação no desenvolvimento urbano

A transformação urbana de Medellín iniciou-se com as operações da *Empresa Metro* em 1995 na construção do metrô da cidade. As linhas A e B foram projetadas para transformar radicalmente o sistema de transporte. Por um lado, uma parte considerável dos ônibus urbanos foram substituídos, tornando a locomoção mais eficiente e contribuindo para reduzir a poluição causada por ônibus poluidores. Por outro, o *Metro* contribuiu para a ruptura da barreira social em Medellín, ligando a rica cidade do sul com os pobres do norte (BRAND e DÁVILA, 2011). No entanto, foi a partir de 2000 quando Medellín realmente começou a usar os recursos da EPM para promover a solidariedade e construir uma nova



cultura cívica, conhecida como “urbanismo social”. A administração do governo, iniciada em 2001 (Luis Pérez (2001-2003), foi um marco para Medellín, que se mostrou apta a usar as políticas de transporte para ligar as comunidades pobres com o centro da cidade através dos *Metrocables*, construídos como um complemento ao já existente sistema *Metro*.

Atualmente, o *Metrocable* opera através de três linhas de teleférico: Linha K inaugurada em 2004 - que exerce influência nos distritos 1 e 2 da cidade -, Linha J de 2008 - exercendo influência nos distritos 13 e 7 -, e Linha L introduzida em 2010, que se conecta com a Linha K como rota turística para um parque ecológico. Entre as linhas *Metrocables*, a Linha K tem o mais forte apelo social. Foi construída em uma das áreas mais pobres da metrópole, no “setor inacessível nordeste”. Esta área é caracterizada por um terreno difícil - declive acentuado - e pelo estabelecimento de assentamentos informais resultantes de invasões de terra entre 1950 e 2000. Este setor é um dos mais densamente urbanizados da cidade (BRAND e DÁVILA, 2011, p.650). Certamente, essas instalações exaltam o orgulho da comunidade e a crença de que a cidade está melhorando. Além disso, uma melhor integração entre os setores da cidade, permite que os pobres trabalhem em áreas mais distantes, bem como permite que “microempresas informais possam vender seus produtos nos mercados mais ricos do centro da cidade” (BATEMAN et al., 2011, p.2).

Nesse sentido, vale frisar que a característica do EDL de Medellín, em termos da organização institucional de operação do sistema de transporte (modelo de propriedade da *Empresa Metro* em partes iguais pelo município de Medellín e departamento de Antioquia) implica em razão de investimento regional conjunto, já que o sistema de teleférico foi financiado conjuntamente pela *Empresa Metro* em parceria com o governo municipal através de orçamentos normais de investimento de capital (BRAND e DÁVILA, 2011, p.652; BRAND, 2012, p.45).

Associada ao *Metrocable*, a ideia de “urbanismo social” foi posta em prática através do desenvolvimento de novos espaços públicos, como um modelo integrado e participativo de urbanização denominado *Proyecto Urbano Integral – PUI* implementado pela *EDU* (empresa pública municipal de desenvolvimento urbano) criada em 2002. A abordagem do PUI concentrou-se numa área delimitada, “uma intervenção integrada que converge recursos, projetos e programas da administração (...) para criar resultados mais elevados, mais rápidos e mais visíveis na área” (CALDERON, 2012, p.5). Assim, concebido como um projeto de articulação territorial, o modelo PUI enfatiza: o componente físico - espaço público, habitação, edifícios públicos e meio ambiente -; o componente social da



participação; e o componente institucional, a partir da gestão interinstitucional em concentrar o foco de recursos técnicos e financeiros em apenas uma área.

A primeira aplicação do modelo PUI foi o “PUI-Nororiental”, na região nordeste da cidade conhecida como “Comuna Nororiental”, precisamente o distrito que apresenta maiores índices de informalidade, assim como a pontuação mais baixa na escala do IDH. Este PUI foi estabelecido ao longo da Linha K do *Metrocable* (distritos 1 e 2) e os resultados são: a geração de 125.000 m² de espaço público, a construção de 18 novos parques, 4 novas pontes para pedestres e 8 travessias de nível no Parque “La Herrera”, contando com 92% da mão-de-obra fornecida por residentes locais, 300 novos negócios na área de intervenção PUI, a melhoria do índice de espaço público, de 0,65 m²/habitante para 1,48m²/habitante (BRAND, 2012, p.54). Outro modelo PUI foi implementado na Linha J, mas com impacto social menos significativo. Além disso, foram desenvolvidos outros programas, estrategicamente interligados com o *Metrocable* e PUI. O programa biblioteca-parques, com o estabelecimento de instalações educativas para dignificar bairros, construiu nove parques-biblioteca até 2016 e mais duas são projetadas. Nestes centros estão incorporados espaços culturais, de educação, capacidade e apoio às comunidades desfavorecidas, bem como os *Cedezo* (Centro de Desarrollo Empresarial Zonal), que visam o apoio às microempresas. Além disso, o “urbanismo social” de Medellín desenvolveu projetos específicos de consolidação de moradias sociais e recuperação ambiental na zona de influência da Linha K do *Metrocable*, como parte do “PUI-Nororiental”, por exemplo.

4.2 Fortalecimento e desenvolvimento do setor privado

A transformação iniciada com a descentralização exigiu um salto em resposta aos desafios colocados pela globalização. Foi com esse cenário que surgiu a articulação entre planos estratégicos e projetos urbanos vinculados aos objetivos de desenvolvimento econômico e redução da pobreza. Medellín se orgulha hoje em dia de divulgar que é a primeira cidade da Colômbia a se estruturar em torno de clusters produtivos ou arranjos produtivos locais, em grande parte responsáveis pelo desenvolvimento da indústria e serviços de manufatura.

A região tem cinco clusters estratégicos: (i) elétrico e energético; (ii) têxteis/vestuário, moda e design; (iii) construção; (iv) turismo de negócios, feiras e convenções; e (v) serviços médicos e odontologia. Os principais setores produtivos coincidem com os clusters estratégicos, sendo que Medellín tem atualmente uma das mais competitivas indústrias



têxteis da América do Sul, além de ser a segunda maior área industrial da Colômbia. Adicionalmente, como já relatado, possui bons serviços públicos e uma das mais eficientes fontes de geração de energia do país a partir da EPM.

Para aumentar a competitividade de sua economia, um grande foco de atenção, adotado pela região para a promoção do desenvolvimento e da inovação, faz referência ao desenvolvimento humano integral (MEDELLÍN, 2012), através do aumento da oferta de educação básica e profissional, formação profissional, articulada com a natureza do desemprego. Ao abordar os temas informalidade, auto emprego e empreendedorismo de forma estratégica - através do investimento em conhecimento por meio de estruturas localizadas em áreas pobres da cidade - a governança de Medellín busca consolidar as condições de desenvolvimento dos territórios.

Esta estratégia vem sendo implementada desde 2004 (financiada pela municipalidade de Medellín) através do programa *Cultura E* que busca a criação e desenvolvimento de novos negócios que atendam às necessidades do mercado e a dinâmica das cadeias produtivas regionais com maior potencial econômico, utilizando-se da capacidade inovadora dos empresários. Em suma, visa expandir a cultura do empreendedorismo através de uma ação estatal local, modelo pelo qual o Estado assume um papel empreendedor.

A partir do programa *Cultura E*, e consciente da existência de fortes entidades públicas e privadas com propostas sobre o empreendedorismo (crédito, formação, consultoria especializada, marketing, etc.), o *Cedezos* foi criado com um papel definido de promotor das relações dinâmicas entre aquelas entidades e empresários/empreendedores que necessitam de serviços principalmente em bairros nos arredores da cidade. Assim, pode-se considerar que a estrutura de intervenção do *Cedezos* é definida a partir da articulação de instituições públicas e privadas, universidades e sindicatos que trabalham para empresas em prol de práticas empreendedoras, juntamente com a descentralização de serviços para facilitar o acesso dessas instalações à população localizada em diferentes bairros de Medellín. O primeiro *Cedezo* foi construído no bairro Santo Domingo Savio no distrito Nororiental - distrito 1- ao longo da Linha K do *Metrocable*, com grande interlocução com "PUI-Nororiental". Hoje em dia, 14 *Cedezos* estão operando em Medellín, principalmente em distritos de baixa renda.

Os *Cedezos*, como instituição articuladora, desempenham um papel importante na sua área de influência, proporcionando uma vasta gama de formação, aconselhamento para empreendedores, além da possibilidade de acesso ao crédito através do *Banco de las*



Oportunidades, que trabalham ao lado dos *Cedezos* e oferece microcrédito de até US\$ 2.500,00 a uma taxa de juros mais atrativa (0,91% ao mês) para estabelecer e desenvolver microempresas (BATEMAN et al., 2011b). Deste modo, de acordo com Bateman et al. (2011, p.3), “o resultado de ambas as intervenções é o aumento do número e da qualidade das microempresas que operam nas comunidades mais pobres de Medellín”. Particularmente para aqueles que têm uma boa ideia de negócio, mas não dispõem de recursos essenciais, tais como capital, habilidades específicas e contatos para a comercialização, essas iniciativas têm proporcionado a oportunidade de fazer exatamente isso, traduzindo-se em oportunidades iguais para o estabelecimento de um negócio funcional.

4.3 Impactos sociais, desenvolvimento econômico e outras implicações

Recapitulando a noção de desenvolvimento econômico proposto por Meier (2000, p.7), esta sessão avalia a evolução dos indicadores de pobreza, renda per capita e desigualdade (por meio do coeficiente de Gini) na sociedade da Região Metropolitana de Medellín, de modo a verificar os impactos em seu desenvolvimento econômico a partir das iniciativas apresentados em desenvolvimento urbano e desenvolvimento do setor privado. Com base na Tabela 2 pode-se observar que em 1995 cerca de 49% da população estava abaixo da linha de pobreza, enquanto 11,8% viviam com menos de US\$2,0 por dia (extrema pobreza). Em contraste, em 2010 a porcentagem da população neste perfil caiu para 22% e 5,6% respectivamente. A renda per capita média por mês que em 1995 era de US\$ 336, em 2011 foi de US\$ 458, o que significa uma elevação de 36,3% no período. De acordo com MEDELLÍN (2009), em 2008 a renda mensal média per capita, apenas na cidade de Medellín, foi de US\$ 1.740. Além disso, o coeficiente de Gini que em 1995 estava em 0,58 caiu dramaticamente para 0,51 em 2011.

Tabela 2. Evolução dos indicadores econômicos e sociais da Área Metropolitana de Medellín, 1995-2011

	1995	1999	2001	2005	2011
Taxa de pobreza	49%	58%	52%	46%	22%*
Taxa de extrema pobreza	11,8%	18,6%	12,6%	8,5%	5,6%*
Renda média per capita (US\$)**	336	254	298	343	458
Coeficiente de Gini	0,58	0,51	0,53	0,52	0,51



Taxa de desemprego	-	19,8%	18,1%	13,8%	12,2%
Taxa de crescimento	-	1,2%	0,6%	6,6%	4,7%

* Dado de 2010.

** Renda média mensal (US\$ de 1999).

Fonte: MEDELLÍN (2009); MEDELLÍN CÓMO VAMOS (2012); UN-HABITAT (2010 e 2011); CASTAÑO e MÉNDEZ (2007, p.58); DANE.

Além disso, com relação ao rendimento médio dos chefes de família a partir da compilação de dados de Brand (2012, p.67-68) para avaliar o impacto socioeconômico das linhas do *Metrocable* nos distritos 1 e 2 (Linha K) e 7 e 13 (Linha J), de 2004 a 2009, observou-se: no distrito 1, em 2004, o rendimento médio do chefe de família, quando homem, era 29,3% inferior ao salário mínimo legal na Colômbia, no mesmo ano, e no caso do rendimento médio, quando o chefe de família é do sexo feminino esta diferença era 45,6% inferior. Em 2009, o rendimento médio do chefe de família, quando homem, foi 9,83% superior ao salário mínimo legal na Colômbia, no mesmo ano, e para as mulheres chefes de família a diferença foi de apenas 3,6% do salário mínimo. Com relação a outros distritos analisados, apenas o distrito 7 em 2004 teve uma renda média do chefe de família, quando homem ou mulher, superior ao salário mínimo. Em 2009, o rendimento médio do chefe da casa, masculino ou feminino, em todos os distritos foi superior ao salário mínimo, exceto para as mulheres chefes de família no distrito 2, que ainda se manteve inferior em 2,6% ao salário mínimo.

Assim, pode-se argumentar que de alguma forma os programas implementados nestes quatro distritos contribuíram para um impacto positivo na renda dos chefes de família. Além disso, pode-se considerar que o nível de pobreza diminuiu, bem como a desigualdade social entre o público desses distritos em comparação com o resto da população de Medellín. No entanto, embora o EDL em Medellín esteja acompanhando alguns desenvolvimentos na questão da pobreza e do subdesenvolvimento nas comunidades mais pobres, reconhece-se que ainda há muito por fazer, especialmente no que se refere à sustentabilidade do modelo de geração e promoção de micro e pequenas empresas a partir da ação dos *Cedezos* e do *Banco de las Oportunidades*.

5 Conclusões

É claro que a descentralização e a nova constituição mudaram radicalmente a situação de Medellín, dotando a cidade de poderes e recursos e determinando a elaboração de um



plano de desenvolvimento e um plano de zoneamento. O planejamento é atualmente utilizado pela administração local e governança urbana como uma ferramenta para implementar ações e desenvolver processos que possam gerar tendências de mudança e impactos no desenvolvimento econômico e social da cidade. Os resultados, ainda que modestamente no início, revelam que a atenção do setor público na reconfiguração de espaços públicos, infraestrutura e foco na cultura empresarial tende a impactar positivamente em seu entorno. Os resultados começaram a se tornar visíveis na cidade. A pobreza, a violência, a desigualdade e a falta de arenas participativas para garantir a boa governança foram identificadas pelo plano de desenvolvimento como um obstáculo para atingir os objetivos da cidade como um todo.

A administração local acreditava que ao melhorar os problemas sociais, econômicos e espaciais desses bairros, contribuiria para o desenvolvimento da cidade como um todo. No entanto, ainda há muito a ser feito já que em 2012 quase 2/3 da população regional viviam em bairros que não cumprem os padrões mínimos e que não têm instalações adequadas. Este salto qualitativo na administração de Medellín, impulsionado pelas administrações de Luis Perez (2001-2003), Sergio Fajardo (2004-2007) e Alonso Salazar (2008-2011), foi resultado de uma postura proativa, que reconheceu o papel do espaço urbano como crucial para a competitividade, oportunidades de igualdade e harmonia cívica. As instalações implementadas em áreas pobres da cidade trouxeram vida e dignidade aos bairros anteriormente sitiados pela violência e desespero e estigmatizados pela sociedade. Outros projetos de reforma em infraestrutura urbana são traduzidos como projetos de alcance estratégico que ajudaram a transformar a cidade em um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social, agradável para as pessoas que vivem lá e atraente para aqueles que visitam.

Nesse sentido, pode-se considerar que Medellín é uma cidade pioneira no desenvolvimento de um novo modelo de políticas econômicas locais baseado em um “consenso pós-Washington” (BATEMAN et al., 2011), um modelo que rejeita as tendências neoliberais para gerar desenvolvimento, um modelo que utiliza suas forças endógenas para criar estratégias de DEL a partir da existência de um estado desenvolvimentista local. Este modelo, denominado “urbanismo social”, traz como característica, melhores mecanismos de alocação e distribuição de recursos e, portanto, contribuiu para a redistribuição da renda da população urbana da Região Metropolitana de Medellín, assim como para a diminuição da pobreza e da desigualdade social.



Referências

ALBUQUERQUE, F. (2004). "Local economic development and decentralization in Latin America", Cepal Review, No. 82 (LC/G.2220-P), Santiago, Chile.

BAGCHI, A.K. (2000). "The Past and the Future of the Developmental State", In: Journal of World-Systems Research VI, (2): 398–442.

BATEMAN, Milford; DURAN ORTIZ, Juan Pablo; MACLEAN, Kate (2011). "A post-Washington consensus approach to local economic development in Latin America? An example from Medellín, Colombia" ODI Background Paper Presentation and panel discussion.

BATEMAN, Milford; DURAN ORTIZ, Juan Pablo; SINKOVIC, Dean (2011b). "Microfinance in Latin America: the case of Medellín in Colombia". In BATEMAN, Milford (ed.). Conforming Microfinance: Undermining Sustainable Development. Sterling, VA: Kumarian Press.

BID (2009). "Medellín - Transformación de una ciudad", Medellín: BID - Banco Interamericano de Desarrollo, Alcaldía de Medellín 2008-2011.

BORJA J. & CASTELLS, M. (1997). "Local and Global. The Management of Cities in the Information Age". United Nations Centre for Human Settlements (Habitat). London: Earthscan Publications Ltd.

BRAND, P. and DÁVILA, J.D. (2011) "Mobility Innovation at the Urban Margins". City, [online] Available at: <<http://www.ucl.ac.uk/dpu/metrocables/dissemination>> [Accessed 29 March 2012].

BRAND, P. (2012). "Los Metrocables de Medellín y sus impactos socioeconómicos, consecuencias urbanísticas y resonancias políticas". University College London, Universidad Nacional de Colombia and Universidad de los Andes.

CALDERON, C. (2012). "Social Urbanism - Participatory urban upgrading in Medellín, Colombia", in Lawrence, Yildiz & Kellett (ed.) "Requalifying the Built Environment: Challenges and Responses". Hogrefe Publishing, Göttingen.

CASTAÑO, H.C. and MÉNDEZ, J.N. (2007). "Pobreza y desigualdad en Colombia Diagnóstico y estrategias". Misión para el diseño de una estrategia para la reducción de la pobreza y la desigualdad (MERPD). Departamento Nacional de Planeación de Colombia.

CASTELLS, M. (1995). "La Ciudad Informacional". Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza.

COUPÉ, F.; BRAND, P.; DÁVILA, J. D. (2012). "Medellín: contexto institucional y cambio de paradigma urbano". In DÁVILA, J. D. (comp.) Movilidad urbana & pobreza: aprendizajes de Medellín y Soacha, Colombia. Londres: Development Planning Unit, UCL, y Universidad Nacional de Colombia.

DANE. Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas. Colombia.



DÁVILA, Julio D.; BRAND, Peter. (2012). “La gobernanza del transporte público urbano: indagaciones alrededor de los Metrocables de Medellín”. Revista Bitácora Urbano Territorial, vol. 21, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 85-96. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia.

DONER, R. F., RITCHIE, B. K., & SLATER, D. (2005). “Systemic Vulnerability and the Origins of Developmental States: Northeast and Southeast Asia in Comparative Perspective”. International Organization, 59(2) pp. 327-361.

EVANS, P. B. (1995). “Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation”. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

FITCH RATING (2011). Metro de Medellín «www.fitchratings.com.co» (consultado em 18 de maio de 2012).

FUKUYAMA, F. & COLBY, S. (2011). “Half a Miracle”, Foreign Policy, [online] May/June, Available at: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/04/25/half_a_miracle> [Accessed 02 July 2012].

HARVEY, D. (1999 [1973]). “Social Justice and the City”.

HARVEY, D. (1989). “From Managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism”. In Geografiska Annaler 71 B (1): 3 – 17

HYLTON, F. (2007). “Medellin’s makeover”. *New Left Review* No. 44: 71-89.

JOHNSON, C. (1982). MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925 – 1975. Stanford: Stanford University Press.

KONG, L. (2000). “Cultural policy in Singapore: negotiating economic and socio-cultural agendas. In: Geoforum, Vol. 31, Issue 4, pp. 409-424. London.

LAMB, R.D., 2010. Microdynamics of Illegitimacy and Complex Urban Violence in Medellín, Colombia. Ph. D. University of Maryland, School of Public Policy.

LEFTWICH, A. (1998). “Forms of the Democratic Developmental State: Democratic Practices and Developmental Capacity” in Mark Robinson and Gordon White (editors) The Democratic Developmental State. Political and Institutional Design. Oxford University Press, Oxford. pp 52-83.

MALDONADO, A. (2000). “Descentralización y desarrollo economic local. Una visión general del caso de Colombia”, LC/R.1968, Santiago, Chile, Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC).

MEDELLÍN, Alcaldía de (2009). “Indicadores Urbanos para América Latina y el Caribe: una propuesta para evaluación de políticas publicas”. Medellín: Alcaldía de Medellín.

MEDELLÍN, Alcaldía de (2012). “Anteproyecto Plan de Desarrollo 2012-2015”. Documento para el Consejo territorial de Planeación. Medellín: Alcaldía de Medellín.



MEDELLÍN CÓMO VAMOS (2012). “Análisis de la evolución de la calidad de vida en Medellín 2008-2011: vivienda y servicios públicos”, [on line] Available at www.medellincomovamos [Accessed July 2012]

MEIER, G. M. (2000). *Leading Issues in Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 7th edn.

NORTH, C.D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, New York: Cambridge University Press.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) (1999). “Redes de empresas y desarrollo local. Programa de Empleo y Desarrollo Económico Locales (LEED), Paris.

ÖNIS, Z. (1991) “The logic of the developmental state”. In: *Comparative Politics*, Vol. 24, Issue 1, pp. 109-126. New York.

O’SULLIVAN, A. (2007). “Urban Economics”, 6th edition, McGraw-Hill/Irwin, New York.

PIORE, M., & SABEL, C. 1984. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books.

SEN, A. (1983). Development: Which Way Now? *Economic Journal*, Vol. 93 Issue 372. Pp.745-762.

SCHNEIDER, R. (1999). “The Desarrollista State in Brazil and Mexico”. In WOO-CUMINGS, Meredith ed. *The Developmental State*. Cornell, CA: Cornell University Press.

STIENEN, A. (2009). “Urban technology, conflict education, and disputed space”. *Journal of Urban Technology*, Vol. 16, Nos. 2-3: 109-146.

STÖHR, W. B. and TAYLOR, D.R.F. (eds) (1981). “Development from Above or Below?” Chichester: J. Wiley and Sons.

TURNER, M.M. & HULME, D., (1997). “Governance, administration and development: making the state work”, Basingstoke: Palgrave

UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme) (2010). “Global Urban Indicators Database”.

UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme) (2011) “State of the World’s Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide”, Overview and Key Findings.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio (2002). “Endogenous Development. Networking, innovation, institutions and cities”. London: Routledge.

WEISBROT, M. (2006). ‘Left Hook’, *Foreign Affairs*, July/August.

WILLIAMSON, J. ed. (1990). “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?” Washington, DC: Institute for International Economics.